

O CRIME DAS PEDRAS RUIVAS

Por ANTÓNIO DE CARVALHO*

Já lá vão mais de cem anos que a costumada pacatez de Viana do Castelo foi um dia tremendamente sacudida por um hediondo crime praticado nas Pedras Ruivas, aquele afloramento rochoso que fica na aprazível Praia Norte e serve de marco de delimitação entre a cidade e Areosa.

Esse crime que tanto deu que falar e tão fartos comentários mereceu na época, foi motivo de grandes títulos nos jornais nacionais durante alguns anos e atirou para a ribalta uma simples bordadeira de Santa Marta de Portuzelo de nome Maria das Dores Doura, e como Doura ficaria para sempre celebrizada.

A Doura nasceu em Santa Marta de Portuzelo a 9 de Dezembro de 1861, no lugar da Fonte Grossa, oriunda de gente humilde que, como jornaleiros, vivia unicamente do seu trabalho nos campos.

Mas, como todas as moças do seu tempo, foi educada à boa maneira antiga, exercitando-se nos trabalhos do campo, da cozinha e sobretudo nos de bordar.

Bem cedo nela se revelou excepcional tendência para este último trabalho, a ponto de lhe decidir o futuro.

* Investigador de história local.

Aos vinte anos, precisamente a 4 de Outubro de 1882, casou com um pedreiro da mesma idade, natural da Meadela, filho igualmente de jornaleiros, um rapaz de grande corpo, bonacheirão e complacente.

Como era a única rapariga da casa, a Doura ficou a viver com o marido no aconchego do lar dos pais.

O novo casal lutava normalmente pela vida. A ela, sobretudo, não lhe faltava em que labutar de sol a sol e mesmo pela noite dentro. Sobremaneira exímia na arte de confeccionar bordados regionais, tudo lhe saía das mãos mimoso e cheio de graça. Depois ela mesmo irradiava simpatia e, mais do que isso, dir-se-ia que espargia um aroma estranho que, de forma sublime estonteava os homens.

Este atractivo encanto, este fascínio que difundia deu origem a logo andarem de volta dela os “falcões” da aldeia. E sabendo-a altiva, orgulhosa mas também cheia de ambições, saparam a fortaleza com umas tantas libras sabiamente distribuídas.

E, algum tempo depois, muito se rumorejava em Santa Marta de Portuzelo desses amores proibidos à margem da lei de Deus.

Porém, o marido Vicente Gomes, não tomava deles rumor ou fazia-se desentendido (segundo constava), continuando sereno no dia-a-dia da sua vida.

Os anos correram e vieram filhos que, em boa verdade, talvez nem a própria mãe pudesse apontar os progenitores.

Ora, a Doura tinha família na Meadela. Deste parentesco, um primo, José Gonçalves Douro, vivia há longos anos em Viana do Castelo, padeiro de profissão, com forno na Rua do Espírito Santo onde à força do suor do rosto conseguira um peculiosinho razoável.

Havia entre os dois grande diferença de idade e, como outra coisa não seria de esperar, apenas tinham relações de amizade.

Mas um dia, contudo, por ocasião das grandiosas festas de Santa Marta, num belo Domingo de Agosto, estreitaram relações. O José Douro, acompanhado de sua mulher, Ana Joaquina Esteves, e um

moço que trabalhava no forno (1) foram lá ver a procissão, famosa pelos seus grandiosos andores e vistosos carros com estrados cheios de virgens, evento sempre muito falado e apreciado nas redondezas.

A Doura recebeu-os em casa. Deu-lhes de almoçar e todos ficaram satisfeitos até porque se divertiram muito.

No entanto. A mulher do padeiro havia, mais tarde, de recordar com profunda amargura essas horas que o diabo colocou no caminho da sua vida, porque o seu marido dali em diante passou a andar como uma sombra atrás das saias da bordadeira.

Cinquentão, de grandes bigodês retorcidos e um tanto barrigudo, coxeando de uma perna, o José Douro deixou-se levar por essa ardorosa paixão outonal como se ainda estivesse na primavera da vida.

Por outro lado a Doura, em pleno vigor do corpo, sabia bem como atear e manter a labareda que abrasava o peito do primo. Os encontros, muito frequentes, davam-se numa casinha que o padeiro possuía junto da Senhora da Ajuda, na Meadela, mas, não raro, vinham os dois petiscar a uma taberna da Rua dos Manjovos, ou faziam uma caminhada até à Praia Norte para no recôndito interior das Pedras Ruivas, aí comer uns merendeiros que ela trazia de casa.

Naturalmente, no forno do José Douro, o seu namorisco tardio era comentado com risota pelas mulheres que lá iam coser as fornadas de pão. Imitavam com chacota a posição do homem quando ele, firmado às grades da ponte metálica ficava ali com olhos apaixonantes até ver desaparecer na curva da Estrada da Papanata, o vulto airoso da amante que regressava a casa da sua família.

Em casa do padeiro houve, a princípio, lamúria e choradeiras por parte da Aninhas Esteves. Mas depois, vendo que a tolice dele

(1) Este moço que trabalhava no forno do pão, chamava-se Serafim de Jesus Alves, e foi ele que continuou com a exploração do forno do José Douro. Bondoso, afável e modesto o Serafim, tornou-se uma figura muito estimada e considerada em Viana do Castelo. Faleceu com 76 anos, em 25 de Agosto de 1959.

era mal sem remédio, comentava apenas, com suspiros, quando o via apearaltar-se para sair:

– *fez-te feitiçaria, homem! Não tens um mínimo de vergonha nessa cara...*

– *Que queres?* Confessava ele num conformismo próprio com as contradições que o destino por vezes nos prega. Por mais que faça não a posso deixar...

E tão embebido andava que, em 18 de Abril de 1901, entrou no cartório do notário na Rua Nova de S. Bento, para lavrar o testamento. Através desse documento ele, instituíu herdeira de toda a sua quota disponível sua prima Maria das Dores Doura. Para testamenteiro nomeava o marido dela, Vicente Gomes que...satisfez todas as despesas com o testamento.

Mas, passados alguns anos, o José Douro começou a convencer-se de que era demasiado explorado, e, manifestou desejos de inutilizar o testamento. Isto desesperou a Doura a ponto de declarar a diferentes pessoas que se o José Douro insistisse em semelhante propósito o mataria.

E, um dia, precisamente de Domingo, 2 de Outubro de 1904, o José Douro saiu de casa pelas 11 horas da manhã e disse à mulher que não contasse com ele para almoçar.

– *Lá vais tu outra vez para a má vida...*

– *Deixa lá mulher. Cada um tem de correr a sua sina...*

– *Pois então que Deus Nosso Senhor vá em tua companhia.*

O José Douro não apareceu para o jantar nem mesmo à noite para se deitar.

Mas já não era a primeira vez. Nos últimos tempos andava extraordinariamente eufórico e a Aninhas Esteves não teve, por isso, muito que estranhar o seu leito solitário. Mas, não o vendo na manhã seguinte nem para a refeição do meio-dia, alarmou-se e clamou no forno para quem a quis ouvir as suas queixas contra aquela «má mulher» que oferecendo amores perdia a cabeça do seu marido.

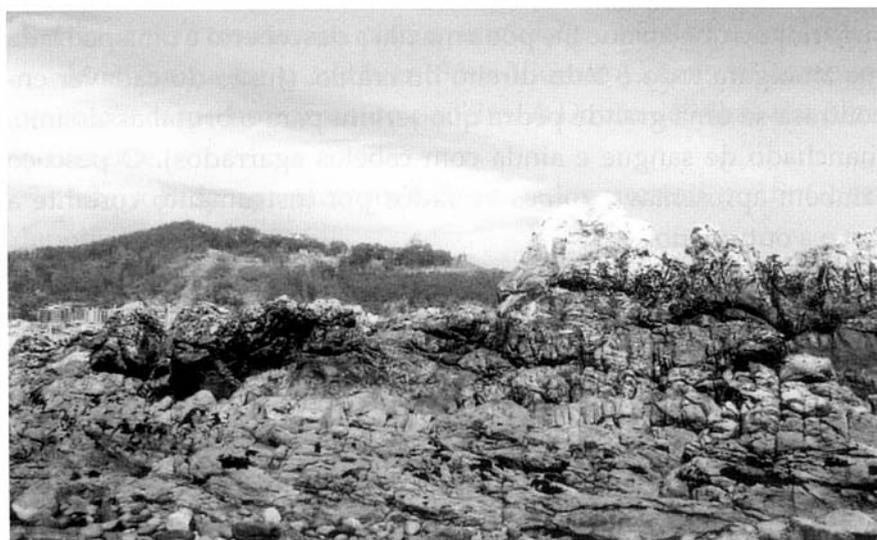
Perdê-lo-ia, de facto?

A verdade é que o José Douro voltou a ser visto nessa tarde de Segunda-feira nas Pedras Ruivas, mas, já cadáver, deitado de costas, com a cabeça esmagada e com um profundo golpe no queixo. Junto dele, os restos de uma refeição singela: uma garrafa de vinho, pedaços de pão, um guardanapo manchado de gordura...

Encontrou-o, por acaso, uma marisqueira que andava por ali na sua faina e fora atraída por alguma coisa branca que tremeluzia ao vento.

Ao ver o que era, desorientou-se completamente com o terrível espectáculo que não estava habituada a ver.

Foi a correr aos gritos, com os braços no ar pela praia fora. Andavam por ali duas Irmãs de Caridade que, solícitas acorreram em seu auxílio. Mas, ao ouvirem tão estranha notícia, perturbaram-se também. Recomendaram-lhe que se dirigisse à polícia e sumiram-se como o fumo.



Aspecto das "Pedras Ruivas" junto da Praia Norte onde foi cometido o horrôroso homicídio

A mulher, meia aturdida, foi, de facto, à esquadra na Praça da República, ainda então chamada Praça da Rainha, nos baixos do edifício da Câmara Municipal (antigos Paços do Concelho). Durante o caminho, sempre que encontrava alguém, ia contando nervosamente a triste cena que presenciara.

De modo que, logo que lhes foi comunicado, um chefe e um guarda foram verificar o trágico acontecimento. À roda do morto comprimia-se já grande multidão, onde predominava, rumoroso, o mulheroio e a garotada da Ribeira.

E, é claro, a notícia correu célere a cidade inteira.

Pelas 20 horas, seguiram as autoridades para lavrar o auto. O substituto do Juiz de Direito, o Delegado do Ministério Público e o Escrivão.

E uma vez cumpridas as formalidades legais, lá veio o pobre morto envolvido num lençol numa tosca padiola para o Hospital da Misericórdia, onde, no dia seguinte, se procedeu à autópsia.

Concluiu-se que lhe fora vibrada uma forte machadada na parte superior do queixo que lhe pôs a maxila a descoberto e uma pedrada lhe amolgara todo o lado direito do crânio. (Junto do cadáver encontrara-se uma grande pedra que servira para o brutal assassínio, manchado de sangue e ainda com cabelos agarrados). O pescoço também apresentava golpes vibrados por instrumento cortante a um e a outro lado.

Iniciadas as averiguações, fácil foi à polícia seguir as passadas do José Douro, no derradeiro dia da sua vida.

Havia testemunhas que o viram, nessa manhã soalheira de Domingo, seguir, a coxear, agarrado ao guarda-chuva, (que então servia de guarda-sol) pela Rua Manuel Espregueira, naquela altura chamada Rua de S. Sebastião, até se sentar num dos bancos do Jardim D. Fernando, junto da taça, à sombra das frondosas árvores.

A Doura, que nesse dia envergava uma linda saia de tecido em tons refrescantes, foi ali ter com ele depois de, na taberna da esqui-

na da actual Rua Cónego Domingos Borlido, comprar vinho numa garrafa que levou dali mesmo emprestada.

Seguiram depois até ao Campo da Agonia, onde se separaram, no respeitável intuito de guardar as conveniências. A Doura seguiu pela antiga estrada da Praia Norte e o José Douro meteu, como costumava, por um antigo caminho que desembocava precisamente em frente das Pedras Ruivas.

Nem uma hora depois, já que pouco passava do meio-dia, a Doura entrava sozinha numa tasca na Portela. Emborcou dois cálices de aguardente, um a seguir ao outro e, ao pagar, perguntou, muito interessada, a que horas seria a maré...

Isto para as investigações da polícia, era muito interessante e muito suspeito. Para mais, o morto fora roubado. Faltava-lhe a carteira (onde na manhã de Domingo metera razoável quantia) a grossa corrente de prata, o relógio que sempre trazia e até o guarda-chuva com que saíra de casa.

Assim, na Terça-feira, dois guardas rumaram para Santa Marta de Portuzelo e trouxeram, para averiguações, a Doura e o marido.

Mostraram-lhe o cadáver. Só o Vicente Gomes se comoveu perante o corpo horroroso do padeiro. A Doura deu-lhes um olhar indiferente.

Interrogada, apertada por todos os lados, prestou, por fim, o seu depoimento.

Quem matara, disse ela, fora um pobre diabo, do Lugar de Samonde, Santa Marta de Portuzelo, conhecido pela alcunha de o "Bravo", mas baptizado com o nome de Manuel Martins Soares, e que era ainda seu parente.

Como se deu a tragédia?

Explicou assim: O "Bravo" pretendia as suas boas graças havia muito, cativado com os seus encantos, mas ela sempre lhe negara. De modo que andava desvairadamente atrás dela, dizendo que ainda havia de pagar caro o responsável de ela não lhe dar aceitação.

Nos últimos tempos deu em perseguir e ameaçar o José Douro, à saída da taberna da Rua dos Manjovos.

No Domingo, surpreendera os dois depois da merenda, nas Pedras Ruivas. Surgira de repente, do meio dos rochedos, armado de um machado pequeno e descarregara brutalmente grande golpe na cara do homem que se encontrava deitado de costas a conversar.

O Douro deu um grande grito, levou as mãos ao rosto ensanguentado, e bradara:

– *Ai que me mataram.*

Então o “Bravo” numa grande fúria, levantou do chão um pedregulho arremessou-o à cabeça do ferido, que se esforçava por se pôr em pé.

Tudo isto acontecera num instante, em menos tempo do que leva a contar. E perante este inesperado acontecimento, ela, a Doura, levantou-se desorientada. Pegou no cesto onde tinha arrumado a louça do repasto e, sem saber muito bem o que fazia, desarvorou, a correr a caminho de casa. Nada mais vira.

Mas a Polícia não se contentou com este relato. Constava já às autoridades a existência de desavenças entre os dois amantes e as ameaças dela ao padeiro. A própria voz do povo depressa comentava que ela premeditou o crime, estudou o local e encontrou quem a ajudasse, que previamente se colocou nas Pedras Ruivas munido de um machado.

E assim, a Polícia ao mesmo tempo que ordenava a prisão do “Bravo”, mandou passar uma busca rigorosa à casa da Doura, onde, debaixo da pedra da lareira, apareceram a carteira com o dinheiro intacto, a corrente e o relógio do morto.

A Doura, procurando aparentar a maior naturalidade, se bem que se percebia um tanto perturbada, explicou o achado insolitamente escondido da seguinte maneira:

Horas depois de ter chegado a casa, no trágico Domingo, entrara-lhe o “Bravo” pela porta dentro.



Pormenor actual das “Pedras Ruivas” onde o Douro foi barbaramente assassinado

Disse-lhe a rir que o José Douro apanhara a sua conta e que lá ficara de papo para o ar à espera que a maré o levasse. Mostrara-lhe o guarda-chuva que trouxera.

– *Era pena deixá-lo abandonado, pois os peixes não precisavam dele.*

Só quando ele retirou, cantarolando alegremente, ela viu que, em cima da mesa da cozinha, lhe deixara uma carteira, o relógio e a corrente que, num relance, reconhecera. Escondeu-os debaixo da lareira, pois não queria que ninguém os visse.

A Polícia encontrara esses objectos? Ora, infelicidade a sua.

E por mais voltas que lhe dessem, não saía disto.

Por sua vez o “Bravo” não foi encontrado em casa. Andava a monte.

Chegara a casa ao cair da tarde de Domingo, dizendo à mulher que comprara na cidade o guarda-chuva que levava e ocupou-se a encabar de novo um machado de rachar lenha que também trouxera de Viana do Castelo.

Depois, sem ninguém contar, saíra de casa e a mulher desconhecia-lhe o paradeiro. Era costume dele desaparecer subitamente de casa, tal como surgir a qualquer hora do dia ou da noite.

Ora o guarda-chuva pertencia ao padeiro assassinado. A machada foi também apreendida, pois tudo levava a crer que tinha sido a arma utilizada para a terrível façanha.

O funeral do José Douro realizou-se na Sexta-feira seguinte, do Hospital da Misericórdia, e um verdadeiro mar de gente encheu as ruas actualmente designadas Rua Cândido dos Reis, Rua dos Bombeiros, Rua Emídio Navarro e Largo Trindade Coelho até ao cemitério.

Escusado será dizer que, durante estes dias, corria de boca em boca a terrível tragédia e as suas peripécias eram discutidas com paixão, tanto na cidade como nas freguesias limítrofes onde a Doura era muito conhecida.

Aferroaram a presa na cadeia das mulheres, situada nos baixos soturnos do edifício da Câmara Municipal, com janela gradeada para a Rua da Bandeira.

Passava o tempo a bordar lindas peças de regional. Mas a luz escassa que iluminava a cela era constantemente minguada pela multidão de "mirones" que se empurravam uns aos outros para verem aquela mulher tão celebrada.

Quando os assobios, os insultos e os risos que lhe atiravam pela janela a incomodavam em demasia, ela punha a toalha ou o pano que estava a bordar pela cabeça e assim ficava indiferente à algazarra do povo.

O "Bravo" foi visto e preso, pelas 10 horas da manhã de Sexta-feira, dia 17, na estrada junto a S. Vicente. Vinha-se entregar à Polícia, dissera aos populares que logo o cercaram e o levaram para a esquadra.

Era um tipo estranho, de olhar fugidio, aparentemente meio atolado. Um grande corpo, com muito má aparência, bamboleante e de braços enormes.

A Polícia acareou-o com a Doura. Verdadeiramente, só ela se manteve firme, precisa e manifestando altivez. O “Bravo” apalermado de todo, ora afirmava uma coisa, ora negava, seguindo as sugestões afirmativas ou negativas dos que o estavam a interrogar.

– *Fala a verdade, fala a verdade*, clamava ela.

Houve que interrogá-lo, sozinho e à parte.

E aí sim, a Polícia conseguiu arrancar do “Bravo” a depoimento de que o crime se dera por instigação da Maria das Dores Doura que, lhe prometera a quantia de vinte e cinco tostões!

Nessa mesma noite, a primeira que passava na cadeia de S. Domingos, o “Bravo” tentou fugir, arrombando a parede que deitava para o claustro do antigo convento. Já tinha arrancado várias pedras, com a ajuda de um garfo, quando o carcereiro que por acaso, nesse dia, apresentou-se mais cedo, lhe frustrou a tentativa.

No dia 21, Terça-feira, pelas 20 horas, foram os dois remetidos para Juízo, passando para as cadeias civis. Nessa mesma tarde, com grande alvoroço público, a Polícia levou-os à fotografia Filgueiras, então existente na actual Rua Manuel Espregueira, para lhes tirar o retrato.

No dia imediato, foram submetidos a interrogatórios pela autoridade judiciária, e oito dias depois o comboio da manhã levou-os para a Relação do Porto, acompanhados pelo oficial de diligências visto a cadeia de Viana do Castelo não oferecer a segurança necessária.

O processo jurídico da Doura começou a desenvolver-se em 28 de Março do ano imediato, quando o tribunal reuniu para julgar os indigitados criminosos.

Mas em Viana do Castelo, cidade pequena onde todos se conheciam, não se guardava segredo acerca dos meandros judiciais de caso tão assinalado.

A audiência não foi, por isso, tão concorrida como seria de prever, porque toda a gente sabia, o desenvolvimento dos acontecimentos.

Assim, aberta a sessão, o advogado officioso do “Bravo”, alegou que a conduta do seu constituinte merecia reparo e requeria o exame às suas faculdades mentais.

E, perante as razões que expôs, o meritíssimo Juiz deferiu em favor do que lhe solicitava.

Os réus, que tinham chegado na véspera, logo no dia 29 regressaram sob aparato bélico, ao Porto. A Doura a aguardar julgamento, para a cadeia de Relação e o “Bravo” para o Hospital Conde Ferreira, afim de ficar sob a vigilância conscienciosa do consagrado Dr. Júlio de Matos.

Só oito meses depois se soube que o ilustre clínico se pronunciou pela responsabilidade plena dos actos do homem que lhe fora confiado.

Assim, a 20 de Dezembro, o Juiz determinou, para 30 de Janeiro de 1906, o grande julgamento que iria apaixonar a cidade.

Na véspera dia marcado, a Doura chegou outra vez a Viana do Castelo custodiada por uma força de Infantaria N^o 18 e um funcionário da Justiça, do Porto.

Logo que desembarcou do comboio, foi metida num trem puxado a cavalos e conduzida para as casas de detenção do Governo Civil, em S. Domingos, onde ficou de sentinela à vista.

No dia da audiência, podia dizer-se que o Tribunal fora tomado de assalto, tão densa era a multidão que, desde manhã cedo, não só enchia a sala de sessões como extravasava pela escadaria e ainda pela via pública actualmente designada Rua Cónego Domingos Borlido.

A defesa apresentava-se tão irrealizável que nenhum advogado de Viana do Castelo se considerou disponível para arcar com a difícil responsabilidade.

Do lado da acusação, aparecia uma figura ilustre que só o nome perturbava. Nem mais nem menos do que o Conselheiro José Malheiro Reimão, nesse tempo no apogeu político da sua brilhante

carreira, homem temido não só pela sua robusta inteligência como pelas suas estreitas relações com as mais altas individualidades políticas do país.

Apesar da firme convicção da opinião pública, que dava a Doura como culpada, saltou à liça a defender a ré um talentoso advogado de Ponte da Barca.

Alguém tinha que ser. Mas ele apesar do seu espírito animoso, antes do prélio se confessou derrotado.

– *É como esgrimir contra moinhos de vento*, confessou a um amigo quando passeava na véspera pelas ruas quase silenciosas da cidade.

A Doura sentou-se no banco dos réus com a aparente tranquilidade duma alma isenta de pecado. Olhava de frente o Juiz, os advogados e os membros do júri. No entanto era destes que dependia a decisão.

Melhor do que ninguém o sabia o Conselheiro Malheiro Reimão. E é evidente que ao seu esplendor na vida política convinha, nessa ocasião, o brilho duma vitória retumbante ao sabor da vontade popular.

O júri era constituído por onze cidadãos considerados excelentes pessoas, de sã moral, autênticos «homens bons» segundo a terminologia da época.

A acusação desdobrou-se cerrada, empolada de boa eloquência, com reptos de oratória em grande e sonora voz, que se repercutia pelo Jardim D. Fernando, que ficava fronteiro às janelas do Tribunal.

– *Decerto o “Bravo” matara. Mas o seu braço fora armado pela Doura, que chegara a pagar previamente o trabalho.*

Causa? Simplesmente a Doura cansara-se de esperar... e o padeiro falava em rasgar o testamento. O assassínio fora maduro e meticulosamente preparado por ela e só por ela, com astúcia diabólica. Aproveitara-se da simplicidade do “Bravo”, que fora apenas o executor.

Seria assim? Perguntavam apesar de todos os factos estarem a ser comprovados, algumas pessoas ainda incrédulas.

Uma coisa todos estavam de acordo: o “Bravo” descarregara a machadada, arremessara a pedra, pois ele próprio o dissera e explicara tudo com minúcia ao Tribunal.

– *A morte do homem foi preparada*, resumia o Conselheiro Malheiro Reimão na sua explanação. *Os criminosos julgaram que a maré arrastasse o corpo e apagasse assim os vestígios do seu feito.*

E muito embora o grito da Doura ecoasse no Tribunal:

– *Não fui eu*, ninguém lhe deu ouvidos.

E com tudo isto, todo o público ficou plenamente satisfeito quando, pela uma e meia da madrugada, a sentença foi ouvida: para a Maria das Dores Doura, dez anos de prisão maior celular, seguida de vinte de degredo em possessão de primeira classe ou, na alternativa, em trinta e um anos de degredo em possessão de segunda classe.

Para o “Bravo”, oito anos de prisão maior celular, seguidos de nove anos de degredo ou, na alternativa, em vinte e dois anos em possessão de primeira classe. Mais, o Juiz condenou os réus nas custas e selos, e em vinte mil reis para a parte acusadora, mandando ainda entregar à mesma parte todos os objectos de valor que figuravam no processo.

– *Não fui eu, não fui eu*, gritou a Doura na sua imensa angústia e como último apelo à Justiça.

E então, a Doura e o “Bravo” lá foram empurrados para o degredo na costa d’África, onde ele não resistiu a tamanho sofrimento e baqueou para todo o sempre.

Contudo, ela sobreviveu, lutou com a sua indomável energia e conseguiu até impor-se.

O bom comportamento valeu-lhe diversos perdões, amnistias.

Trabalhou afincadamente na sua arte de incomparável bordadeira. E por ocasião de um aniversário da Rainha D. Amélia, teve o feliz gesto de lhe enviar um mimo da sua arte, uma linda toalha de mesa,



Imagem dos Paços do Concelho, quando tinha no rés-do-chão, virada à rua da Bandeira, a cadeia para presos do sexo feminino.

que foi recebida e apreciada com o devido merecimento e isso valeu-lhe outra redução da pesadíssima pena a que fora condenada.

Certo é que, poucos meses depois de cumprir dezoito anos de cativoiro, ela voltou para a sua casa em Santa Marta de Portuzelo.

Como vinha? Não será difícil de calcular... Dentro do corpo alquebrado só a antiga energia aparentemente se conservava intacta. A altivez alcançara uma rijeza de aço.

Na sua última fase, purificados pelo infortúnio, pela dolorosa experiência dos homens e das coisas, as suas mãos possuíam delicadeza jamais igualada. Aventais, coletes de lavradeira, camisas ou toalhas bordadas por ela, obtinham a classificação de verdadeiras obras-primas, tanto pelo seu bom gosto na escolha dos tons como pela inexcelsável perfeição da técnica empregada.

Os anos passaram, até que quase sem se dar por isso, a senilidade por um lado e, por outro, o crepúsculo que começou a obscurecer-lhe a luz dos olhos, obrigaram-na a ir abandonando, pouco a pouco, a sua

actividade de bordadeira que, exercera com afinco desde a volta do degredo e lhe tinha proporcionado relevante prestígio por ser, muito justamente, considerada uma artista verdadeiramente marcante.

Até que, por fim, perdida toda a sua altivez, chegou a pedir esmola.

Vinha a Viana do Castelo de vez em quando. E pelas ruas da cidade, aquela figura silenciosa, de óculos escuros, envolta num grande xaile pobrezinho, não era a de uma pedinte vulgar como tantas outras.

As pessoas do seu tempo quedavam-se a recordar as linhas da galante mulher que ela fora. O drama de sangue que um dia a envolvera e a atirou para a costa de África misturava-se à visão airosa e sensual da mulher que alimentou tantas paixões.

Alguns rapazes, na inconsciência maldosa da pouca idade, cantarolavam-lhe, à sua passagem, a quadra que o povo inspirou:

Olha o diabo da Doura
P'ró que lhe havia de dar:
P'ra matar o pobre coxo
Nas Pedras Ruivas do Mar.

Mas ela continuava no seu calvário, silenciosa, indiferente, distante, absorta num infundável diálogo com os seus fantasmas.

Condoído com o drama social que se deparava o Tenente Francisco Pimenta da Gama, então Comandante da Polícia de Segurança Pública, conseguiu internar a desventurada na Congregação e Hospital de Velhos e Entravados de Nossa Senhora da Caridade, actual Lar de Idosos da Congregação da Caridade.

Para ali entrou a Doura em 23 de Setembro de 1937. Não mais lhe faltaria, até ao fim da vida, nem pão generoso nem um tecto seguro e de certo conforto.

Mas nem tudo eram rosas, na sua estadia na Congregação da Caridade. As companheiras utentes da camarata fugiam dela, envolviam-na num muro de antipatia e de silêncio.

Apesar do farrapo humano que ela, na realidade era, sombra da sombra da mulher que fora, a Doura infundia-lhes terror. Espavoria-as.

A mulher que cumprira longa pena pelo crime de «morte de um homem» foi, até ao fim, motivo de inquietação e repulsa.

As pobres velhinhas que, como ela, ali estavam acolhidas no Outono da vida, viam-lhe sempre as mãos tingidas de sangue, aquelas mãos nervosas, magras e compridas, de dedos delicados, que tantas maravilhas criaram de bordados regionais.

Por fim a Doura cegou completamente, e bem tristes e intermináveis lhe haviam de correr os últimos dias da sua existência, sem pessoas amigas a visitá-la e sem sentir qualquer espécie de calor humano, só a solidão imensa do seu mundo repleto de amargas recordações.

Ao fim de mais uns tempos, com o cérebro e o sangue transtornado pelo tumultuar das emoções, sentindo penosamente o peso dos anos, uns de sol escaldante dos trópicos outros de Invernos de gelar, deu em turvar-se-lhe o juízo.

De vez em quando, de dia ou de noite, quebrava repentinamente o silêncio e a pacatez do Lar de Idosos com gritos que espavoriam as outras utentes:

– *Lá vêm os de Perre com facas para me matar. Acudam, acudam...*

– *Remorsos*, comentavam algumas pessoas, pretendendo explicar a sem razão daquela gritaria.

Sem nunca inspirar dó nem simpatia, a Doura, estando já há onze anos internada na Congregação da Caridade, faleceu repentinamente com a provecta idade de 86 anos.

Com um funeral pobre e sem ninguém a acompanhar, foi sepultada no Cemitério Municipal.

Com tudo isto, não deixa de ser curioso que apesar da pesadíssima pena que a Doura teve que cumprir por ser considerada culpada pelo crime de homicídio, o que na altura foi um facto bem aceite pela população, a verdade é que ela sempre se considerou “inocente” – *Quem matou, foi o “maluco”*, dizia ela, e embora através do tempo, algumas pessoas (poucas) manifestassem a opinião de que a Doura foi condenada inocentemente, ela até morrer nunca deixou de ouvir o voz do povo cantar a quadra:

Olha o diabo da Doura
P’ró que lhe havia de dar
P’ra matar o pobre coxo
Nas Pedras Ruivas do Mar.

Uma coisa é certa, a vida tomou o rumo que tomou, e a Doura, apesar de tudo, ficou referenciada para a história de Viana do Castelo como a artista de bordados regionais mais notável e exímia de sempre. E sempre que se narrar o historial dos Bordados Regionais de Viana, o nome da Doura, terá de ser sempre evocado com o máximo destaque, como o nome mais marcante desta distinta arte popular.